

# TRABALHO, TERCIÁRIO, LUMPEN E CRISE: UMA INTRODUÇÃO

## LABOR, TERTIARY, LUMPEN AND CRISIS: AN INTRODUCTION

Carlos Lima<sup>1</sup>

*De agora em diante reinarão os banqueiros*

Banqueiro liberal Lafitte 1830

**Resumo:** Na primeira seção serão introduzidos os fundamentos teóricos da economia capitalista que embasarão a perspectiva adotada no presente trabalho. Nesse sentido, autores como A. Smith, Ricardo, Marx, Lauro Campos, Chesnais e outros serão utilizados para desvelar a realidade objeto de nossa investigação; a segunda seção chamará atenção para o terciário como fazendo parte do departamento III da economia (produtor de não-mercadorias); a terceira seção lançará luzes para o entendimento da realidade da crise brasileira sobredeterminada pela atual crise internacional.

**Palavras-chave:** não-mercadoria; dívida pública; lumpemproletariado.

**Abstract:** The first section will introduce the theoretical foundations of the capitalist economy that will support the perspective adopted in this work. In this sense, authors such as A. Smith, Ricardo, Marx, Lauro Campos, Chesnais and others will be used to unveil the reality that is the object of our investigation; the second section will call attention to the tertiary sector as being part of department

---

<sup>1</sup> Doutor em Economia por Paris I, Panthéon/Sorbonne. Professor da Universidade de Brasília (UnB), Vice coordenador do Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo (NEBC), membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPPOS/CEAM/UnB). É professor e orientador de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS) do Departamento de Serviço Social da UnB e membro do Grupo de Pesquisa POLITIZA/PPGPS/UnB certificado pelo CNPQ. E-mail: karlima@terra.com.br

III of the economy (producer of non-market goods); the third section will shed light for the understanding of the reality of the Brazilian crisis overdetermined by the current international crisis.

**Keywords:** non-market; public debt; lumpemproletariat.

## 1 INTRODUÇÃO

Ricardo, economista político, abre seu importante livro<sup>2</sup> com uma advertência ao leitor onde diz que o principal objetivo da economia política seria determinar as leis que regulam a distribuição do produto social entre as três classes sociais fundamentais, quais sejam, capitalistas, proprietários de terra e trabalhadores assalariados que receberiam, respectivamente, lucro do capital, renda da terra e salário. A pergunta de Ricardo para compreender o “novo mundo” que se abre a seus olhos, é: o que ocorre com o valor da mercadoria quando um ou mais de seus elementos constitutivos tem seu preço alterado? Ricardo, assim como Smith, acredita que o valor da mercadoria é igual ao tempo de trabalho necessário à sua produção e que, portanto, o que determina o valor da mercadoria é o trabalho. Como sabemos, a sociedade capitalista é a mais estratificada sociedade até então existente. Nesse sentido, apesar de o trabalho humano dispensado à produção das variegadas mercadorias ser extremamente diversificado, não é, em momento algum, objeto de reflexão por parte do notável pensador inglês. Dito de outra forma, não se discute qual trabalho que cria/produz valor. Parte-se da ideia, da noção de valor e procura-se saber o que acontece com o valor da mercadoria quando um de seus elementos tem seu preço alterado.

A pergunta de Marx é qualitativamente diferente: Por que em um determinado momento do processo histórico a produção humana assume a forma valor? A perguntas diferentes, as respostas têm que ser necessariamente diferentes.

---

<sup>2</sup> RICARDO, David. *Des principes de l'économie politique et de l'impôt*, Paris, Flammarion, 1977.

Enquanto Ricardo parte da noção, da ideia de valor para desenvolver sua pesquisa, Marx inicia sua obra magna, *O Capital*, com o estudo da célula mais simples e elementar do modo de produção capitalista: a mercadoria. Em 1883 Marx torna a marcar sua distinção relativamente aos clássicos:

E o mesmo Wagner me classifica entre aqueles para quem o “valor de uso” deve ser “desterrado” radicalmente “da ciência”. *De prime abord*, eu não parto nunca dos conceitos, nem, portanto, do “conceito de valor”, razão pela qual não tenho porque “dividir” de modo algum este “conceito”. Eu parto da forma social mais simples em que toma corpo o produto do trabalho na sociedade atual, que é a “mercadoria”. Analiso esta e o faço fixando-me, antes de tudo, na *forma sob a qual se apresenta*. E descubro que a mercadoria é, de um lado, em sua forma material, um *objeto útil* ou dito em outros termos, um *valor de uso* e, de outro lado, *encarnação do valor de troca* e, desde este ponto de vista, “valor de troca” ela própria. Sigo analisando o “valor de troca” e encontro que este não é mais que uma “*forma de manifestar-se*”, um modo especial de aparecer o *valor* contido na mercadoria em vista do qual procedo a análise deste último<sup>3</sup> (Tradução livre, CL).

É com a economia política e, mais precisamente com A. Smith, que vamos ter a gênese da teoria que servirá de suporte ideológico ao desenvolvimento capitalista, o liberalismo econômico. Por meio de sua teoria do valor trabalho, Smith procura expor o desenvolvimento do capitalismo que em sua época ainda não havia se desdobrado e desenvolvido completamente no real. A economia política/clássica se constitui em uma das primeiras tentativas científicas de apreensão deste modo de produção. Os economistas políticos Smith e Ricardo utilizando sua teoria do valor trabalho, se depararam com problemas que mostram a insuficiência da teoria no que respeita a determinados fenômenos socioeconômicos que não consegue explicar satisfatoriamente: baixa na taxa de lucro; relação capital/trabalho e outros.

<sup>3</sup> MARX, K. Glosas marginales al “tratado de economía política” de Adolfo Wagner. In, *El capital*, L.I, México, FCE, 1970, p. 717-18.

É somente com a *crítica à economia política* que vamos ter uma leitura radicalmente diferenciada deste modo de produção. Enquanto os clássicos analisavam o “novo mundo” do ponto de vista da burguesia, Marx o fez do ponto de vista da classe trabalhadora, ou seja, da negação deste modo de produção o que implica na inteligência de sua própria superação. Já na apresentação da mercadoria Marx mostra que o produto do trabalho humano reveste duas formas principais: 1 – produção de meios de produção e 2 - produção de meios de consumo. Estas duas formas no desenvolvimento de sua exposição virão a se constituir em dois departamentos da economia: o departamento produtor de meios de produção (DI) e o departamento produtor de meios de consumo (DII). Este último com o desdobramento em produção de meios de consumo necessários à reprodução imediata da sociedade e bens de luxo. A dinâmica acumulativa do capital, sua reprodução ampliada nos apresenta o imo do peito da produção mercantil mais desenvolvida que se conhece: a relação conflitiva, contraditória e antagonica capital/trabalho assalariado.

A reprodução ampliada do capital se dá pelo aumento da composição orgânica C/V o que implica uma série de consequências, entre as quais:

1 - o trabalhador é substituído sistematicamente pela máquina, pelo frio e gélido aço;

2 - do ponto de vista do funcionário do capital (capitalista) ele diminui seu custo introduzindo a máquina que pode ser utilizada no processo de trabalho durante as 24 horas enquanto que não pode fazer o mesmo com o trabalhador;

3 - a resistência operária diminui porque mais trabalhadores perdem seus empregos;

4 - a própria dinâmica capitalista não absorve toda a mão de obra que chega anualmente ao mercado e, além disso, há a expulsão de trabalhadores que já estavam empregados devido ao aumento da composição orgânica do capital e que vão formar parte do exército industrial de reserva e,

5 - outras.

A acumulação do capital implica em dois processos aparentemente contraditórios mas que são complementares: concentração e centralização de capitais. A concentração é nada mais nada menos que a capitalização do mais-valor produzido, ou seja, aumento do capital. A centralização:

é um processo resultante tanto da concorrência entre as diferentes frações do capital social quanto da expansão do sistema de crédito capitalista. A concorrência favorece os investimentos de grande escala graças aos menores custos de produção e a condição de apropriação por parte dos capitalistas individuais de crescentes parcelas da mais-valia social e o sistema de crédito possibilita a disponibilidade de massas volumosas de capitais necessários a esses grandes investimentos requeridos pelos processos produtivos modernos. Ambos os processos aceleram a concentração do processo produtivo (maior composição orgânica de capital) e a centralização da propriedade capitalista.

A centralização do capital está condicionada por dois processos integrados: a concorrência intercapitalista e pela oferta de capital de empréstimo (crédito). Diferentemente da teoria econômica convencional, na análise marxista a concorrência é intensificada pelo duplo padrão de concentração e centralização do capital, sendo que o sistema de crédito há muito estabelece uma maior elasticidade nas condições de centralização, moldando a concentração da propriedade dos capitais e o formato da disputa entre os mesmos<sup>4</sup>.

Ora, com a concentração e centralização do capital o processo acumulativo ao não absorver a mão de obra que chega continuamente ao mercado, produz o exército industrial de reserva pelo aumento da composição orgânica do capital. Nesse sentido,

com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, em volume crescente, os meios que a tornam relativamente supranumerária. Essa lei de população é peculiar ao modo de produção capitalista, tal como, de fato, cada modo

---

<sup>4</sup> TRINDADE, José. **Capital monopolista e renda diferencial na Amazônia: condicionalidades e contradições contemporâneas**. Mimeo. 2014. p. 4

de produção particular na história tem suas leis de população particulares, historicamente válidas. [...]

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por própria conta.<sup>5</sup>

Inegavelmente este processo leva às crises intermitentes que assolam a economia capitalista. O processo de produção e circulação do capital, acicatado pela concorrência capitalista, se impõe aos múltiplos capitais como uma força coercitiva externa para escapar à taxa média de lucro a fim de obter sobrelucro com a inovação tecnológica efetuada. Nesse sentido, o capital individual consegue, em tese, aumentar a galinha de ovos de ouro do capitalismo, ou seja, a taxa de lucro, por meio da diminuição do custo primário já que a folha de pagamento encolheu devido à expulsão de trabalhadores do processo de valorização do capital. Vários trabalhadores ganham, assim, a rua da amargura enquanto que o capital por eles produzido só aumenta nas mãos do funcionário do capital.

Esse processo concorrencial é eminentemente contraditório já que, por um lado, acicata o capital individual a substituir trabalhadores por máquinas e, no outro, necessita da demanda para realizar a galinha de ovos de ouro já assinalada.

É estudando o processo de acumulação do capital que Smith se debruça sobre a questão do trabalho. De início faz uma distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. O adjetivo produtivo significa que o trabalhador contratado pela empresa capitalista cobre, com seu trabalho, os “custos de produção”, ou seja, repõe seu salário e, além do mais, produz o lucro para seu patrão. Já o trabalhador improdutivo é o empregado doméstico que na qualidade de prestador de serviço não produz

---

<sup>5</sup> MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 706-707.

valor, não produz riqueza social. Seu trabalho se esfuma no momento mesmo em que é prestado. Em uma primeira definição o autor d'A Riqueza das Nações define o trabalho produtivo como aquele que se materializa, ganha corpo na mercadoria. Escapa a esta definição o setor terciário da economia já que os serviços prestados por este setor não se materializam em qualquer mercadoria. É fora de dúvida o fato de que Smith fez uma revolução copernicana ao enunciar, em uma segunda definição, o trabalho produtivo como sendo aquele que se troca imediatamente contra capital. Ao contrário da primeira definição, esta abarca a totalidade capitalista em movimento, ou seja, o setor terciário pode ser compreendido na dinâmica capitalista da qual é parte integrante.

## 2 O TERCIÁRIO

O teórico, *par excellence*, do *laissez faire – laissez passer*, com a acuidade que lhe era peculiar, já apontava, em 1776, nichos da economia capitalista que seriam monopólios do Estado: defesa, educação, justiça, serviços públicos e instituições públicas. Segundo ele,

o terceiro e último dever do soberano é a criação e a manutenção daqueles serviços e instituições que, embora possam ser altamente benéficos para uma sociedade, são, todavia, de uma natureza tal que o lucro jamais poderia compensar a despesa para qualquer indivíduo ou pequeno número de indivíduos, não se podendo, portanto, esperar a sua criação e manutenção por parte de qualquer indivíduo ou pequeno número de indivíduos. A concretização deste dever exige despesas de variadíssimos graus nos diferentes períodos da sociedade.

Depois das instituições públicas e dos serviços públicos necessários para a defesa da sociedade e para a administração da justiça, já mencionadas, os outros serviços e instituições deste tipo são fundamentalmente aqueles criados com vista a facilitar o comércio da sociedade e a promover a instrução do povo.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> SMITH, A. **Riqueza das Nações**. v. 2, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. p. 333.

Na segunda metade do século XVIII este notável pensador não poderia fazer as determinações do setor terciário que ainda não havia se desdobrado e desenvolvido no real. Vai ser só no século XX que este setor vai apresentar toda sua importância para o funcionamento da economia capitalista.

O desenvolvimento da produção sob o domínio do capital se dá, ocorre, por meio do trabalho produtivo dispensado à produção de mercadoria nos departamentos I e II aludidos. É na esfera da produção que vamos ter a conservação e valorização do capital. Na esfera da circulação não há criação de valor.

O terciário não produtor de mercadorias nem do DI, nem do DII se desdobra em: terciário do governo; terciário das empresas e empresas terciárias. Como lembra Campos:

a ideologia marginalista partindo de uma pretensa teoria do valor, que supõe que os “bens” no sentido econômico se definem pela atribuição de utilidade ou ofelividade feita pelo consumidor, identifica indevidamente produtos, mercadorias, serviços imateriais e “não-mercadorias”. Basta que qualquer coisa escassa e disponível seja útil, quer se trate de mercadoria e produtos materiais ou de serviços intangíveis, para que seja conceituada como “bem” econômico.

Esta homogeneização é o resultado de uma abordagem a-histórica em que não se percebe que as mercadorias constituem o resultado de um tipo muito especial de produção, que pressupõe certo grau de desenvolvimento das forças produtivas e que expressam relações sociais e econômicas que surgem no modo de produção capitalista. Não se percebe que as mercadorias só aparecem quando o produto do trabalho humano ultrapassa as necessidades diretas dos produtores e, portanto, se destina à troca no mercado por outras mercadorias com distintos valores de uso.

Por outro lado, a identificação entre bens e serviços não deixa transparecer que, enquanto o produtor de valor de uso pode manter-se, sobreviver, com o produto do seu trabalho, o prestador de serviços depende, como condições de sua sobrevivência, do produto do trabalho alheio. A existência de pessoas que se

dediquem de forma profissional, permanente e especializada ao fornecimento de serviços, exige que o amadurecimento das forças produtivas no seio da coletividade tenha permitido a produção de produtos não essenciais à sobrevivência dos que se dedicam ao trabalho produtivo.<sup>7</sup>

É claro que a economia capitalista representa uma mudança qualitativa no périplo humano. O processo de reprodução ampliada do capital difere de todas as formações econômico-sociais pretéritas na medida mesma em que o produto do trabalho humano convertido em mercadoria necessita ser trocado por dinheiro, ser realizado no mercado.<sup>8</sup>

O terciário, produtor de serviços, vem ao mundo com o desenvolvimento das estradas de ferro,<sup>9</sup> quando a economia era ainda bi-departamental mas sofria com as crises de subconsumo e realização, crises de infância no século XIX. As soluções para as crises capitalistas são soluções provisórias o que significa dizer que a cada novo padrão de acumulação alcançado, a próxima crise será somada às precedentes. Foi Engels que salientou esse fato com a agudeza que lhe era característica, senão vejamos:

O gigantesco desenvolvimento dos meios de comunicação –navios a vapor, ferrovias, telégrafo elétrico, canal de Suez- criaram pela primeira vez um verdadeiro mercado mundial. A Inglaterra, país que antes monopolizava a indústria, tem hoje a seu lado uma série de países competidores; em todos os continentes abriram-se mais vastos e mais diversificados territórios à inversão do capital europeu excedente, que desse modo se reparte mais amplamente, superando com mais facilidade a superespeculação local. Todos esses fatores contribuíram para eliminar ou enfraquecer fortemente a maioria dos antigos focos e as conjunturas de crises. Ao mesmo tempo, a concorrência no mercado interno cede lugar diante dos cartéis e trustes, enquanto se restringe no mercado externo pela proteção

<sup>7</sup> CAMPOS, Lauro. **Mecanismos de sustentação do crescimento I: o terciário**. BSB, mimeo, 1972. p. 57.

<sup>8</sup> Ver a respeito LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*, RJ, ZAHAR, 1970.

<sup>9</sup> CAMPOS, Lauro. **A crise completa: a economia política do não**, SP, Boitempo, 2001.

aduaneira da qual se cercam todos os grandes países industriais exceto a Inglaterra. Mas, as muralhas de proteção aduaneira são apenas armaduras para a última batalha internacional da indústria que decidirá da hegemonia do mercado mundial. Assim, todos os elementos que se interpõem à repetição das velhas crises trazem consigo o germe de uma crise futura muito mais violenta.<sup>10</sup> (Tradução livre, CL)

A partir da metade do século XIX é que iremos encontrar a gênese da negação da mercadoria. Até então, o trabalho dispensado no processo produtivo era trabalho produtivo produtor de mercadorias dos departamentos I e II. A internacionalização das máquinas de produzir máquinas (DI) faria com que os países hegemônicos passassem a ter seu poder diminuído em relação aos retardatários, produzindo crises na economia hegemônica. A solução foi desenvolver o departamento III produtor de não-mercadorias, isto é, não-meios-de-consumo e não-meios-de-produção<sup>11</sup>. A máquina de transporte que, como o próprio nome diz só transporta (...) homens e coisas se constitui na gênese do DIII. Foram imensos os recursos alocados a este setor da economia capitalista.

O desenvolvimento da rede de estradas de ferro reflete aproximadamente a penetração do capital. A rede de estradas de ferro desenvolveu-se com maior rapidez no quarto decênio do século XIX, no quinto na América, no sexto na Ásia, no sétimo e oitavo na Austrália, no oitavo na África.

Os empréstimos públicos para a construção de estradas de ferro e os armamentos militares acompanham todas as fases da acumulação de capital: a introdução da economia de mercado, a industrialização dos países e a revolução capitalista da agricultura, assim como a emancipação dos novos Estados capitalistas.<sup>12</sup>

<sup>10</sup> MARX, K. *El Capital*, T. III, México, FCE, nota de ENGELS, F., 1973. p. 460.

<sup>11</sup> As determinações do DIII foram feitas, por CAMPOS, Lauro. **A crise completa:** a economia política do não, SP, Boitempo, 2001.

<sup>12</sup> LUXEMBURGO, R. Op. Cit. p. 366.

Será no século XX que as potencialidades incrustadas nessa “saída” temporária da crise, aumento da demanda via crescimento dos trabalhadores improdutivos empregados no terciário e que, portanto, não aumentam a oferta de mercadorias, será implementada em toda sua complexidade e diversidade. A utilização da internacionalização da rede ferroviária pelos países hegemônicos implicou o endividamento público dos países retardatários. Não por acaso a Argentina, em 1898, teve o Banco *Baring* em falência. O governo brasileiro foi a Inglaterra negociar nossa dívida.

Mas foi em 1929 que a economia capitalista se deparou com a mais violenta crise que o capitalismo até então conhecera. Alemanha, França e Inglaterra tiveram queda sensível na produção de ferro, aço etc., e a crise só não foi pior devido a demanda estadunidense para a produção dos utilitários. A substituição do capital variável pelo frio e gélido aço implicou, no longo prazo, tal como havia previsto Keynes, a insuficiência de demanda provocada pela própria dinâmica capitalista que incita os proprietários dos meios de produção e subsistência a dispensar trabalhadores.

A solução provisória, keynesiana, foi deslocar o Estado da esfera da produção para a esfera da circulação a fim de que ele, Estado, demandasse no lugar dos trabalhadores que foram desempregados. Essa solução implicou no desenvolvimento do setor terciário, ou seja, naqueles setores que A. Smith disse caber exclusivamente ao Estado já que são atividades *extra commercium*. A solução é, na realidade, malthusiana-keynesiana. Ao direcionar a demanda para o Estado, a proposta é que se esterilizem os recursos no sentido de não produzir mercadorias já que havia uma insuficiência de demanda efetiva conforme diagnóstico produzido pelo genial lorde Keynes. Nesse sentido, a mudança é radical em termos de processo de trabalho. Até então era o trabalho produtivo (produtor de mais-valor) que dominava o processo de valorização do capital já que a produção era de meios de produção e meios de consumo. Agora, em plena crise, o trabalho será improdutivo, não produtor desses mesmos

meios. Diga-se, *en passant*, que apesar do setor terciário não ser criador de valor, as empresas terciárias participam da perequação da taxa de lucro e, nesse sentido, o trabalhador dessas empresas se constitui em trabalhador produtivo já que eles são o meio pelo qual essas empresas podem se apropriar de uma parte do mais-valor criado na esfera da produção. Como ressalta Marx “uma cantora que, por sua própria iniciativa, vende seu canto, é uma **trabalhadora improdutiva**. Mas a mesma cantora, contratada por um *empresário* que a faz cantar para ganhar dinheiro, é uma **trabalhadora produtiva**, pois ela produz capital”.<sup>13</sup>

Nesse sentido, não é suficiente receber salário para ser trabalhador produtivo. Na realidade, para sê-lo, há a necessidade de que o trabalho assalariado seja trocado **imediatamente** contra capital. E, por isso mesmo, o trabalhador improdutivo é aquele cujo trabalho se troca **imediatamente contra renda**. Então, nem todo trabalhador produtivo produz mais-valor, mas todo trabalhador produtivo recebe sua remuneração pela troca imediata de seu trabalho contra capital.

Nesse sentido, os trabalhadores do terciário são trabalhadores improdutivos no sentido de não produzirem nenhum átimo de valor, portanto, não produzem riqueza social, nada acrescentam à produção material da sociedade.

Não podemos olvidar o fato de que na esfera da circulação só há mudança da forma do valor, ou seja, da forma particular da mercadoria (sapato, meia, bolsa etc.) para a forma universal, absoluta do valor (o dinheiro) ou vice-versa. Nesse sentido, não há, nessa mudança de forma social, valorização do capital. Como assevera Marx,

se se intercambiam mercadorias ou mercadorias e dinheiro, de valor de troca igual e portanto *equivalentes*, é óbvio que ninguém saca mais valor da circulação que o que pôs nela. Não tem lugar, pois, nenhuma formação de mais-valor.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> MARX, Karl. **Théories sur la plus-value**. T1. Paris, Ed. Sociales, 1974. p. 470. (Tradução livre, CL)

<sup>14</sup> MARX, Karl. **El Capital**: T1. México: Siglo XXI [s.d.], p. 195.

Se se intercambiam equivalentes, não se origina mais-valor algum e se se intercambiam não equivalentes tampouco surge nenhum mais-valor. A circulação ou intercâmbio de mercadorias não cria nenhum valor.<sup>15</sup>

Por outro lado, os trabalhadores do terciário das empresas e das empresas terciárias se constituem na fonte por meio da qual o capital aí aplicado é valorizado. Assim sendo, são trabalhadores produtivos no sentido de que seu salário advém do capital, seu trabalho é trocado imediatamente contra capital, todavia nada acrescentam à riqueza social, mas, no entanto, é por meio de seu trabalho que o capitalista tem seu capital aumentado, valorizado já que também participa da luta pela apropriação de mais-valor. Nesse sentido,

só a produção de mercadorias torna possível a criação de valor e de mais-valor. Só dentro da área de produção de mercadorias, se leva a cabo o trabalho produtivo. Nenhum novo mais-valor pode ser agregado à esfera da circulação e intercâmbio, para não falar da bolsa de valores ou do contador do banco; tudo o que aí ocorre é a redistribuição ou repartição do mais-valor criado antes.<sup>16</sup> (Tradução livre, CL)

É na esteira da crise de 1929 que o terciário será desenvolvido em toda sua complexidade e serão as políticas macroeconômicas, emissão de moeda estatal inconvertível e endividamento público, que propiciarão o vertiginoso crescimento da economia capitalista até os anos 70 quando houve a débâcle do Estado do Bem-Estar Social e o concomitante advento do neoliberalismo na década seguinte. A dívida pública que dinamizou a economia capitalista durante quarenta anos (1930-1970) se interverteu, ao invés de dinamizadora do desenvolvimento capitalista passou a ser crise da dívida. O processo de desregulamentação financeira que tirou o controle e regulação estatal das moedas bancárias, o desenvolvimento inusitado

<sup>15</sup> Ibid. 199.

<sup>16</sup> MANDEL, E. **El Capital cien años de controversias em torno de la obra de Karl Marx**. México: Siglo XXI, 1978. p. 123.

do capital fictício relativamente ao capital produtivo, faz ruir por terra a solução malthusiana-keynesiana propiciadora dos anos dourados.

### 3 O CAOS BRASILEIRO

Naturalmente que a crise capitalista tem afetado e continuará afetando a formação econômica-social brasileira. As economias retardatárias são economias semi-integradas e, como tal, não dispõem do DIII, o DI é mutilado, pois da parte dele existente na economia retardatária brasileira, cerca de 40 %, é comprada no mercado internacional e o DII é muito menos sofisticado do que o existente nas economias hegemônicas.

A baixa na taxa de lucratividade das unidades produtivas e comerciais privadas se soma, nos anos 70, à desregulamentação financeira da economia que teve consequências inusitadas para a dinamização do processo produtivo acarretando, inclusive, a proliferação do desemprego tanto nacional quanto internacionalmente.

É inegável que de 1994 até hoje a economia brasileira sofreu mudanças qualitativas na sua estrutura. A taxa de câmbio sobrevalorizada propiciou a entrada no país de eletroeletrônicos, a chamada linha branca, carros etc., a preços abaixo do mercado internacional. Dito de outra forma o mercado brasileiro se constituiu no objeto de desejo das empresas estrangeiras que, em seu mercado doméstico, não conseguiam realizar suas mercadorias e, por conseguinte, se encontravam em crise. Assim fica claro o *desideratum* da economia retardatária brasileira, qual seja, resolver, pelo menos transitoriamente, as crises porque passam os países hegemônicos e, no caso, o mercado nacional serviu de escoadouro para as mercadorias sobre acumuladas nos países centrais.

Temos que atentar para o fato de que desde os anos setenta houve uma mudança profunda na economia internacional que pode ser caracterizada como um:

“regime de acumulação com dominância financeira” [e] designa, em uma relação estreita com a mundialização do capital, uma etapa particular do estágio do imperialismo compreendido como a dominação interna e internacional do capital financeiro. A hipótese de um regime de acumulação submetido a uma finança que se poderia constituir – momentaneamente - como uma potência econômica e social “autônoma”, frente à classe operária como também a todas as outras frações do capital, foi vislumbrada por Marx.<sup>17</sup>

Ora, as soluções para a maior crise que o capitalismo até então tinha vivido, quais sejam, desenvolvimento do setor terciário; contratação por este setor de trabalhadores improdutivos-destrutivos, monopólio da demanda de produtos bélicos e espaciais; compra de publicidade e propaganda por parte do Estado; superinfolias; estradas duplas etc., tudo sendo comprado por meio da moeda-estatal inconversível se depararam com seu limite. O Estado pagando fantasticamente bem os capitalistas produtores do DIII para resolver, transitoriamente, a crise por insuficiência de demanda não mais dinamizava, com suas ações, a economia capitalista.

O significado, entre outros, dessa mudança qualitativa é a dominação do capital fictício que passa a capitanear a economia capitalista mundializada desde os anos setenta do século passado. Nesse sentido, o modo de produção capitalista, na crise do mundo das mercadorias e das não-mercadorias, encontra sua crise completa. Os trabalhos produtivo, improdutivo e destrutivo não mais dinamizam a sociedade fundada na relação capital.

O mundo capitalista ao se desenvolver transformou-se negando as bases que davam sentido à sua existência. O capital produtor foi dominado pelo capital fictício, capital não-produtor de excedente econômico e que suga o mais-valor produzido pelo trabalhador, *in actu*, na esfera produtiva. O resultado desse processo complexo foi o desenvolvimento de atividades

---

<sup>17</sup> CHESNAIS, F. A “nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, F. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: CEMARX-Unicamp, 2003. p. 46.

inteiramente marginais, alheias ao processo produtivo-consuntivo capitalista. Não por acaso têm sido as atividades bélicas, espaciais, de propaganda, publicidade que dinamizaram a economia capitalista nestes últimos 50 anos.

Neste sentido, quando a economia mundial globalizada se apresenta combalida, as atividades ligadas ao submundo: venda de órgãos, tráfico de mulheres, homens, adolescentes e crianças para fins de utilização sexual, lavagem de dinheiro, narcotráfico etc., ganham uma fantástica dimensão ao desenvolver o poder paralelo. A população das megalópoles fica sem ter para onde correr: sem proteção, sem segurança, sem governo, sem trabalho, sem emprego, sem salário, sem. As organizações de classe, partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais se encontram desorganizados pelo rolo compressor das políticas neoliberais que praticam a política pública de “terra arrasada”. Dessa forma as megalópoles, em seu cotidiano, se tornam palcos de todo tipo de violência. Assim como o capital fictício é a negação mais acabada do capital, a grande cidade tende a ser a negação do lazer, da cultura, do bem-estar, da “*joie de vivre*”.

Nesta “crise completa” o Estado sofre uma metamorfose, pois de Estado do Bem-Estar social transforma-se no Estado Mínimo, neoliberal que caracteriza suas políticas pelo corte nos gastos públicos sangrando a saúde, a assistência social, a educação, os investimentos em infraestrutura e outros. Da mesma forma em que se apresenta em nível nacional, o Estado Mínimo também se apresenta, em nível internacional, despótico e autocrático. Como assevera Campos:

a função do Estado é múltipla e contraditória, no capitalismo completo. Ele é obrigado a gastar para desviar parte das forças produtivas, geradoras de crise de sobre acumulação, para atividades improdutivas e bem remuneradas. Os Estados Unidos passaram a crescer, depois da Segunda Guerra, a uma taxa média próxima a 2% ao ano, nela incluída a produção destruidora, a produção dissipadora e a inútil de não-mercadorias. [...] Ele é obrigado a gastar para manter os serviços de defesa da propriedade, subsídio

de lucros compra de excedente agrícola, segurança interna e internacional da produção, do trabalho, do poder, da técnica e do consumo impõe a contenção da produção de mercadorias nos Estados Unidos a fim de que o Japão, a Alemanha outros países capitalistas possam assegurar a reprodução do capitalismo mundial, ocupando o espaço no mercado norte-americano que se tornou disponível por causa da contração da produção doméstica.<sup>18</sup>

A economia retardatária brasileira além de seu *desideratum* acima mencionado, tem visto se acentuar vertiginosamente a queda na produção industrial. Estudos recentes, tanto do IPEA quanto da UNICAMP, mostram a brutal queda do Valor de Transformação Industrial no Brasil. O VTI se encontra em torno de 16% a.a. o que significa dizer que o investimento industrial brasileiro atual está aquém do período JK. Dito de outra forma está em curso uma clara reprimarização da economia brasileira. Assim, na atual crise os empregos que crescem na economia brasileira são os serviços e estes acompanham a economia nacional, ou seja, como há uma clara queda no setor industrial do país, o crescimento da indústria será, neste ano, negativo e o PIB esperado tende, também, a ser próximo de zero. Os serviços que tendem a ter certo crescimento positivo são os mais aviltantes, degradantes. Afora isso, o processo acumulativo criou uma massa de dejetos humanos que se encontra desassistida, desempregada, destituída de direitos, desmonetizada, depauperada etc.<sup>19</sup> Nesse sentido, a economia retardatária sem Estado de proteção social contribui para o crescimento deste lumpemproletariado como parte integrante e perfeitamente funcional ao capitalismo em crise, contribuindo

<sup>18</sup> CAMPOS, Lauro. Op. Cit 8, p. 326.

<sup>19</sup> “Por último, a lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva em constante equilíbrio com o volume e o vigor da acumulação prende o trabalhador ao capital mais firmemente do que as correntes de Hefesto prendiam Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. MARX, Karl. O capital, SP, Boitempo, 2013. p. 721.

para formar o exército industrial de reserva. Fazem parte desse lumpem pessoas que, na crise atual, migram em busca de melhores condições de reprodução social e se deparam com a verdade do sistema: o trabalho precário, forçado e análogo ao escravo, Como assinala Marx com a ironia que lhe era peculiar:

o sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo. Abstraindo dos vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado, propriamente dito, essa camada social é formada por três categorias. Em primeiro lugar, os aptos para o trabalho [...]. Em segundo lugar os órfãos e os filhos de indigentes. Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho (...).<sup>20</sup>

A auditoria cidadã da dívida retrata, com clareza, como o governo do Partido dos trabalhadores sucumbiu à pressão do capital fictício tornando-se seu mais dileto companheiro. Praticamente a metade do orçamento executado em 2014 (45,1%) foi para atender aos credores das dívidas interna e externa brasileira. O montante da Previdência Social (21,76%) explica os motivos pelos quais o capital privado luta despudoradamente por sua privatização. A preocupação do governo federal com a saúde, transparece em seus gastos (4,0%) como percentual do orçamento de 2014 e sabemos muito bem o estado calamitoso em que está se encontra.

Enquanto isso a pátria educadora gasta pífios 3,7% com educação a colocando em penúltimo lugar no ranking mundial. Registre-se, entretanto, que os gastos em educação não são indutores do desenvolvimento socioeconômico. Na realidade temos que ver os gastos em Ciência e Tecnologia, estes sim, propulsores de tal desenvolvimento. No caso em tela, gastamos miseráveis 0,28%, ou seja, o governo está mais voltado para atender à sanha do capital fictício do que em promover um salto qualitativo para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

---

<sup>20</sup> MARX, Karl. Ibid. p.719.

Fica claro, pelo exposto, que não são os gastos sociais que se constituem no vilão da economia nacional, mas, sim, a dívida pública. Assim, ao invés de investir em necessidades da população, os recursos angariados por meio de impostos, taxas, e contribuições têm servido para viabilizar a dominação do capital fictício em escala mundial por meio do endividamento público.

Tal poder congrega grandes bancos privados e suas respectivas *holdings*, organismos financeiros internacionais – principalmente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial -, agências qualificadoras de risco, bancos centrais e de desenvolvimento, entre outros agentes. Sua atuação é marcada por operações consideradas secretas, muitas vezes em paraísos fiscais; falta de transparência; proteção sob o escudo do sigilo bancário; modificação de normas contábeis para atender interesses, entre outros privilégios.<sup>21</sup>

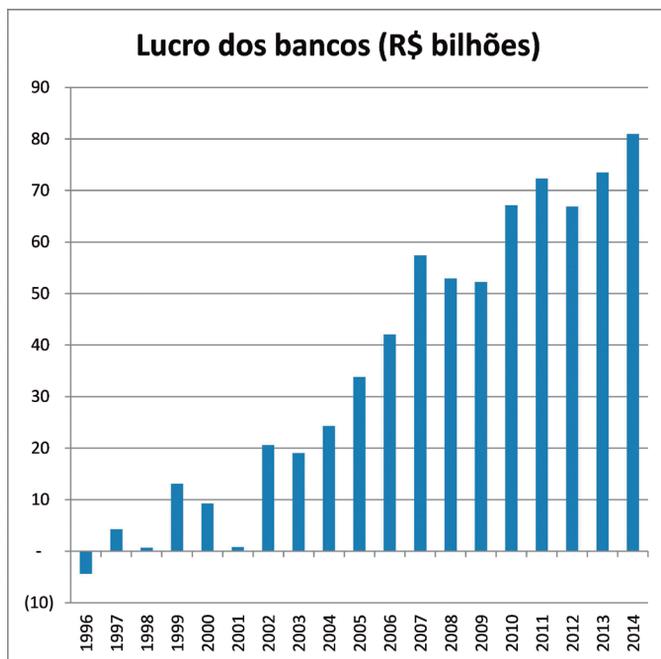
É no bojo das contradições inerentes à dinâmica da produção de mercadorias e não-mercadorias, da economia comandada pelo capital fictício não produtor de valor que a crise atual manifesta as mazelas do modo de produção capitalista e, no caso brasileiro, o então maior partido de esquerda da América Latina sucumbe às volições e querenças do Monsieur Le Capital. Ao empalmar o poder, Lula e seu partido deixaram manifesto na carta de julho de 2002 que a intenção era de gerir mais e melhor a economia capitalista em crise. As políticas macroeconômicas postas em prática não se diferenciaram substantivamente das levadas a cabo pelos governos do PSDB sob a batuta de Fernando Henrique Cardoso. O problema é que políticas macroeconômicas têm mecanismos automáticos que produzem consequências diferenciadas para os grupos, camadas e classes sociais na luta pela apropriação de parte do orçamento público. Na crise, essa luta é mais virulenta. Ora, desde 2003 a força do PT que se materializava nos movimentos sociais, nos sindicatos e centrais sindicais vai sofrer forte mutação: os militantes saem da rua para se encastelar no

---

<sup>21</sup> FATTORELLI, M.L. **Auditoria cidadã da dívida pública: experiências e métodos.** BSB: Inove Editora, 2013. p.13.

poder de Estado. A base social do partido vai sendo erodida pelo próprio movimento de dominação da cúpula política.

Já em 2014 o constrangimento das esquerdas no apoio ao “poste” indicado por Lula era muito grande. Entretanto Dilma foi devidamente apoiada. Imediatamente após as eleições, para susto dos demais partidos, o governo aprofunda suas relações com as instituições multilaterais ao nomear Levy para o ministério da fazenda determinando as políticas econômicas a serem realizadas sob a comandita da dobradinha PT/PMDB. As várias medidas tomadas a partir de dezembro de 2014 visam consolidar o longo processo de desconstitucionalização da sociedade brasileira, ou seja, retirar da Constituição cidadã os direitos trabalhistas conquistados a duras penas pelos movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e, principalmente, sociedade civil organizada com o fito exclusivo de garantir polpudos lucros para o capital financeiro como mostra o gráfico abaixo.



Fonte: <http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp>

Enquanto os capitalistas financeiros não têm nada a reclamar – nunca ganharam tanto quanto no governo da dobradinha –, os trabalhadores assalariados amargam pífios reajustes salariais que são inferiores à inflação se constituindo, portanto, em uma das formas de transferência de recursos da classe trabalhadora para a classe dos detentores dos meios de produção e subsistência. Acresce a isso o fato de que temos uma elevada carga tributária sem a menor contrapartida para os trabalhadores. Do lado da classe capitalista, formarão os recursos que “premiarão sua poupança”. Apesar de o Brasil se constituir na sétima economia mundial, possuímos a pior distribuição de renda do mundo e somos o septuagésimo nono país em defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, a dinâmica capitalista mostra, na crise, o tumor de que é portadora: o processo de distribuição no mundo do capital obedece à estratificação social, ou seja, o processo de produção produz para, além dos dez por cento mais ricos da pirâmide social, os 20% imediatamente abaixo consumirem. A produção não visa atender a base da pirâmide social. Assim, o gap entre ricos e pobres se acentua na crise completa do capital onde a dívida pública, de dinamizadora da economia capitalista, transformou-se em crise. Ela é o mecanismo que alimenta os fantásticos lucros dos capitalistas. As formas de apropriação dos recursos públicos pelos capitais privados percorrem os mais torpes labirintos. O excerto abaixo, apesar de longo, parece demonstrar que a história realmente se repete como *farsa*.

O endividamento do Estado era, muito antes, do interesse direto da facção burguesa que governava e legislava por meio das câmaras. Pois o *déficit* público constituía o objeto propriamente dito da sua especulação e a fonte de seu enriquecimento. [...] E cada novo empréstimo proporcionava à aristocracia financeira uma nova oportunidade de dar o calote no Estado artificialmente mantido no limiar da bancarrota – sendo obrigado a contrair a dívida com os banqueiros nas condições mais desfavoráveis para ele. [...] As enormes somas que, desse modo, fluíam pelas mãos do Estado davam, além de tudo, margem a contratos de fornecimento extorsivos, pagamentos de propinas, fraudes, toda espécie de patifaria. [...]

[...]. Ainda há viva lembrança dos escândalos na Câmara dos Deputados, quando fortuitamente veio à tona que todos os membros da maioria, incluindo uma parte dos ministros, tinham participação acionária nas mesmas construções ferroviárias que eles, logo depois, na condição de legisladores, mandavam construir às custas do Estado<sup>22</sup>.

[...] Enquanto a aristocracia financeira ditava as leis, conduzia a administração do Estado, dispunha sobre o conjunto dos poderes públicos organizados, controlava a opinião pública por meio dos fatos e por meio da imprensa, [...], a mesma prostituição, a mesma fraude despidorada, a mesma ânsia de enriquecer não pela produção, mas pela escamoteação da riqueza alheia já existente, prorrompeu especialmente entre as lideranças da sociedade burguesa a validação irrefreável das cobiças doentias e dissolutas, que a cada instante colidiam com as próprias leis burguesas. Nessa situação, a riqueza resultante desse jogo, por sua própria natureza, busca sua satisfação, a fruição se torna *crapuleuse* [crapulosa, devassa], dinheiro, sujeira e sangue confluem. A aristocracia financeira, tanto no modo de obter seus ganhos quanto no modo de desfrutar deles, nada mais é que o renascimento do lumpemproletariado nas camadas mais altas da sociedade burguesa.<sup>23</sup>

Finalmente, todas as instituições e políticas sociais da formação econômico- social brasileira estão voltadas para o atendimento do sistema da dívida, inclusive a corrupção que se soma às demais ilicitudes do mundo do capital.

A atual legislatura do Congresso Nacional com mais de 40% ligada às bancadas do Boi, da Bíblia e da Bala têm colocado na ordem do dia o atraso, o conservadorismo que grassa na sociedade brasileira. Os avanços obtidos a duras penas pela classe trabalhadora nestes últimos 80 anos estão sendo retirados. O ex-presidente da câmara federal, ligado à bancada evangélica, comanda a orquestração do atraso. As questões do aborto, família etc., têm sofrido ataques certos que impedem, retiram direitos humanos já anteriormente reconhecidos. Indiscutivelmente é a ética do

<sup>22</sup> MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 38-39.

<sup>23</sup> *Ibid.* p. 40.

atraso. No momento em que as relações de exclusão se acentuam, em que a classe trabalhadora perde o que lhe dava dignidade, a carteira assinada, o trabalhador em um movimento sincopado ganha o desemprego sob a falsa ideia de que estaria desempregado porque não teria se preparado para manusear as novas tecnologias, - típico mecanismo de projeção freudiana perpetrado pela classe burguesa, empurrando os trabalhadores desempregados para o esgoto social das atividades terciárias mais aviltantes do ser humano como: prostituição de homens, mulheres e crianças e venda, por esses dejetos humanos, de drogas, órgãos, prática de furtos, roubos, ou seja, enquanto os felizes e risonhos capitalistas juntamente com os parasitas rentistas se apropriam de 47% do orçamento do ano de 2015, aos trabalhadores lhes resta asas e pernas de frango para saciar sua fome e cachaça para matar sua sede e fazê-lo esquecer das agruras de uma vida já sem perspectivas que o capital produziu em sua sanha ensandecida pela *auri sacra fames*. O terciário escancara, assim, os limites positivos e negativos de que era portador.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, Lauro. **A crise completa**: a economia política do não. São Paulo: Boitempo, 2001.

CAMPOS, Lauro. **Mecanismos de sustentação do crescimento I**: o terciário. Mimeo. 1972, p. 57.

CHESNAIS, F. A “nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense, *In*: CHESNAIS, F. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: CEMARX-Unicamp, 2003. p. 46.

FATTORELLI, M.L. **Auditoria cidadã da dívida pública**: experiências e métodos. Brasília: Inove Editora, 2013. p. 13.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1970.

MANDEL, E. El Capital cien años de controversias em torno de la obra de Karl Marx, México: Siglo XXI, 1978. p. 123.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. Glosas marginales al “tratado de economía política” de Adolfo Wagner. *In: Karl Marx. El capital*, Livro I. México, FCE, 1970. p. 717-18.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 706-707.

MARX, Karl. **Théories sur la plus-value**. Paris: Ed. Sociales, 1974. Tomo 1. p. 470.

TRINDADE, José. **Capital monopolista e renda diferencial na Amazônia**: condicionalidades e contradições contemporâneas. Mimeo. 2014. p. 4

RICARDO, David. **Des principes de l'économie politique et de l'impôt**. Paris: Flammarion, 1977.

SMITH, A. **Riqueza das Nações**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. v. 2. p. 333.

Texto submetido em 06.12.2020.

Aceito para publicação em 10.01.2021.